

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 21**

A respeito do que o Código Civil disciplina acerca da personalidade e da capacidade das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- A** Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não sendo possível averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á falecido primeiro o mais idoso entre todos.
- B** A incapacidade absoluta cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- C** A declaração de morte presumida depende da prévia decretação de ausência.
- D** A personalidade civil da pessoa natural se inicia quando de sua concepção.
- E** São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

**Questão 22**

Maria e João se hospedaram em um hotel por três dias. Ao final da estada, os hóspedes não efetuaram o pagamento relativo às despesas com as diárias de hospedagem e alimentação, alegando não possuir recursos financeiros em suas contas bancárias. De posse dos dados fornecidos voluntariamente pelos hóspedes no momento do *check-in*, o hotel pretende ajuizar ação contra os hóspedes a fim de cobrar judicialmente os valores devidos.

Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto no Código Civil, assinale a opção que prevê corretamente o prazo prescricional para o ajuizamento da ação pretendida pelo hotel.

- A** 1 ano
- B** 2 anos
- C** 3 anos
- D** 4 anos
- E** 5 anos

**Questão 23**

O ordenamento jurídico brasileiro prevê tanto a responsabilidade penal quanto a responsabilidade civil das pessoas. À luz do Código Civil, assinale a opção correta acerca da relação existente entre essas duas espécies de responsabilidade.

- A** A responsabilidade civil é dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- B** A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, ainda que estas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- C** A responsabilidade civil é dependente da criminal, devendo a existência do fato ou a sua autoria serem determinadas necessariamente no juízo criminal.
- D** A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- E** A responsabilidade civil é independente da criminal, devendo a existência do fato ou a sua autoria serem determinadas em cada juízo.

**Questão 24**

Assinale a opção que indica corretamente as entidades administrativas, instituídas sob a forma de autarquia, cujo principal marco distintivo, entre elas, é o exercício da função precípua de controle sobre particulares prestadores de serviços públicos.

- A** agências executivas e sociedades de economia mista
- B** agências reguladoras e associações públicas
- C** agências executivas e agências reguladoras
- D** associações públicas e agências executivas
- E** agências reguladoras e sociedades de economia mista

**Questão 25**

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

- I** Os danos ocasionados a particulares em decorrência de atos de multidões, via de regra, não atraem a responsabilização do Estado, porquanto considera-se que tais atos são praticados por terceiros.
- II** O suicídio de detentos, ainda que ocorrido no interior do estabelecimento prisional, configura culpa exclusiva da vítima, eximindo o Estado de responsabilização extracontratual.
- III** A mera declaração de inconstitucionalidade de uma lei é razão suficiente para se caracterizar a responsabilidade civil do Estado em face do administrado, considerada a ilegítima atuação do Poder Legislativo.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 26**

A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e de suas alterações, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- A** As recentes alterações promovidas na Lei n.º 8.429/1992 aboliram a responsabilização por violação genérica aos princípios da administração pública.
- B** A partir das alterações promovidas na Lei n.º 8.429/1992, passaram a ser prescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- C** Atualmente, a tipificação dos atos de improbidade administrativa exige a presença de algum elemento subjetivo, no caso, o dolo ou a culpa.
- D** O novo regime prescricional previsto na Lei n.º 14.230/2021 retroage para alcançar marcos temporais pretéritos, desde que em benefício do réu.
- E** As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis apenas aos agentes públicos.

**Questão 27**

Assinale a opção que corresponde ao ato vinculado por meio do qual a administração pública consente ao particular a prática de determinada atividade.

- A** aprovação
- B** autorização
- C** permissão
- D** admissão
- E** licença

**Questão 28**

A respeito dos direitos políticos, assinale a opção correta, com base na Constituição Federal de 1988 (CF).

- Ⓐ Além do voto direto e secreto, a soberania poderá ser exercida por meio de consulta pública.
- Ⓑ As ações de impugnação de mandato eletivo são públicas, sendo o sigilo excepcional.
- Ⓒ O militar alistável com menos de dez anos de serviço é elegível, desde que se afaste da atividade.
- Ⓓ A condenação criminal transitada em julgado é razão suficiente para a cassação de direitos políticos.
- Ⓔ A lei que altera o processo eleitoral somente entra em vigor após um ano da data de sua publicação.

**Questão 29**

A respeito da intervenção federal e do estado de sítio, considerando a CF e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

- I As hipóteses que autorizam a intervenção federal constitucionalmente previstas são taxativas.
- II A decretação do estado de sítio é competência exclusiva da União.
- III Os estados podem intervir nos respectivos municípios, quando não houver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações voltadas à segurança pública.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 30**

A respeito da disciplina constitucional atinente às forças de segurança pública, bem como aos aspectos relacionados às forças armadas, assinale a opção correta.

- Ⓐ As funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras são atribuições das polícias civis.
- Ⓑ Às guardas civis incube a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- Ⓒ Ao militar são vedadas a sindicalização e a greve.
- Ⓓ O militar, ainda que em serviço ativo, pode filiar-se a partidos políticos.
- Ⓔ O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, inclusive nas hipóteses de cumulação de cargos privativos de profissionais da saúde, será transferido para a reserva.

**Questão 31**

Dois agentes, A e B, ignorando cada um deles a conduta do outro, mas buscando o mesmo resultado (morte), atiraram, ao mesmo tempo, contra a vítima C, inimiga de ambos os agentes, o que resultou na morte do alvo pretendido. Ao final, restou comprovado que o resultado morte de C foi consumado em decorrência da conduta do agente A.

No que se refere ao concurso de pessoas, o fato descrito na situação hipotética é definido pela doutrina como

- Ⓐ autoria incerta.
- Ⓑ coautoria.
- Ⓒ autoria mediata.
- Ⓓ autoria imediata.
- Ⓔ autoria colateral.

**Questão 32**

A ausência de censura de uma conduta, quando inexigível conduta diversa do agente, em face de determinadas circunstâncias e com base nos padrões sociais vigentes, configura causa excludente da

- Ⓐ culpabilidade.
- Ⓑ punibilidade.
- Ⓒ tipicidade.
- Ⓓ antijuridicidade.
- Ⓔ ilicitude.

**Questão 33**

Assinale a opção que prevê corretamente um elemento estrutural do crime culposo.

- Ⓐ comportamento humano dirigido a um fim ilícito
- Ⓑ conduta inicial voluntária
- Ⓒ resultado absolutamente imprevisível
- Ⓓ conduta inicial involuntária
- Ⓔ comportamento humano premeditado

**Questão 34**

Caso determinado cidadão, penalmente imputável, dê início à ideação da prática de um crime, cogitando a sua execução, mas sem exteriorizar seu pensamento e sua vontade, é correto afirmar que a cogitação

- Ⓐ é punível, por constituir uma das etapas de execução do crime.
- Ⓑ é impunível, por não resultar em atos externos.
- Ⓒ integra a fase de preparação do delito.
- Ⓓ cria situação concreta de perigo ao bem jurídico tutelado.
- Ⓔ caracteriza uma contravenção penal.

**Questão 35**

O sistema processual penal no qual o magistrado pode desencadear a ação penal de ofício e impor sigilo ao processo por ato discricionário, independentemente de fundamentação, é denominado

- Ⓐ sistema misto.
- Ⓑ sistema inquisitivo garantista.
- Ⓒ sistema inquisitivo.
- Ⓓ sistema acusatório garantista.
- Ⓔ sistema acusatório.

**Questão 36**

No que diz respeito à prisão em flagrante, assinale a opção correta.

- Ⓐ A falta de testemunhas da infração impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- Ⓑ Tratando-se de crime cuja pena privativa de liberdade não seja superior a 4 anos, deverá a autoridade policial, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, colocar o autuado em liberdade mediante o pagamento de fiança.
- Ⓒ Caso um promotor de justiça pratique crime afiançável, poderá a autoridade policial proceder à lavratura do auto de prisão, desde que um representante da procuradoria do órgão acompanhe o procedimento.
- Ⓓ O flagrante próprio admite o decurso de intervalo temporal superior a 24 horas entre o cometimento da infração penal e a efetiva prisão do agente.
- Ⓔ De regra, a apresentação espontânea do autor do delito à autoridade policial logo após a prática delituosa impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.

**Questão 37**

A respeito dos sujeitos, das provas e das nulidades no processo penal, assinale a opção correta, considerando o Código de Processo Penal (CPP), bem como o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca desses assuntos.

- A** A deficiência de defesa constituída pelo réu é considerada causa de nulidade absoluta.
- B** Reconhecida a incompetência absoluta do juízo, mesmo que somente na fase decisória, anulam-se todos os atos do processo desde o seu início, e não apenas os atos decisórios.
- C** A falta de exame de corpo de delito nas infrações que deixam vestígios é causa de nulidade absoluta, não podendo ser suprida a sua falta por qualquer outro meio de prova.
- D** A inobservância de disposições constitucionais no âmbito do processo penal são convalidáveis, desde que constituam prejuízo tanto para a acusação quanto para a defesa.
- E** Cabe ao Ministério Público a arguição de nulidade somente quando demonstrado, exclusivamente, o prejuízo para a acusação.

**Questão 38**

Em relação à ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções, assinale a opção correta conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- A** O direito de queixa poderá ser exercido unicamente pelo próprio ofendido.
- B** A ação penal é pública incondicionada.
- C** Admite-se a propositura de ação penal *ex officio* em face da inércia da parte legitimada para o seu exercício.
- D** O Ministério Público não é parte legitimada para o exercício da ação penal.
- E** É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público para a denúncia, condicionada à representação do ofendido.

**Questão 39**

Com base no que dispõe a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), assinale a opção correta no que se refere à internação voluntária.

- A** A internação voluntária deve ser realizada após a formalização da decisão por médico responsável.
- B** Será indicada a internação voluntária depois da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de outras alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde.
- C** Seu término dar-se-á por determinação do médico responsável ou por solicitação escrita da pessoa que deseja interromper o tratamento.
- D** Nessa modalidade de internação, a família ou o representante legal do usuário ou dependente de drogas poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento.
- E** A internação voluntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 dias, sendo o seu término determinado pelo médico responsável.

**Questão 40**

Constitui crime de abuso de autoridade que somente pode ser cometido por membro do Poder Judiciário a conduta de

- A** decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais.
- B** invadir ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei.
- C** deixar, como responsável por interrogatório em sede de procedimento investigatório de infração penal, de identificar-se ao preso ou atribuir a si mesmo falsa identidade, cargo ou função.
- D** deixar de substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível.
- E** decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.

**Questão 41**

Carlos, com 14 anos de idade, inscreveu-se para ingressar em estabelecimento de ensino privado, no entanto sua inscrição foi recusada por motivo de discriminação ou preconceito em razão de sua etnia.

Em relação à recusa mencionada na situação hipotética, julgue os itens seguintes, à luz do disposto na Lei n.º 7.716/1989.

- I Trata-se de conduta criminosa punível com pena de detenção.
- II A conduta configura crime e, tendo sido ele praticado contra menor de 18 anos de idade, a pena prevista é agravada de 1/3.
- III A conduta configura delito punível com a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular pelo prazo de 6 meses.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 42**

Joaquim ingeriu bebida alcoólica antes de dirigir e, por essa razão, entregou a condução do seu automóvel a sua noiva, Maria. O veículo foi parado em uma *blitz* da Polícia Militar, quando se constatou que o direito de Maria dirigir havia sido suspenso.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, com base no disposto na Lei n.º 9.503/1997 — Código de Trânsito Brasileiro (CTB) — e no entendimento dos tribunais superiores.

- I A conduta de Joaquim caracteriza crime de trânsito, para o qual é prevista pena de reclusão.
- II A caracterização da conduta de Joaquim como crime previsto no CTB depende, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na condução do veículo por Maria.
- III É cabível a aplicação da pena de multa à conduta de Joaquim.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 43**

Maria mantém um relacionamento conjugal há 3 anos com João, que, desempregado, passou a beber cotidianamente, e a agredi-la fisicamente com frequência. Com a finalidade de preservar sua integridade física, Maria pretende requerer medida protetiva de urgência em face de seu companheiro.

Considerando a situação hipotética apresentada e o que dispõe a Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta.

- ☐ A A medida protetiva de urgência poderá ser concedida pelo juiz e pelo Ministério Público, a pedido da ofendida.
- ☐ B A medida protetiva de urgência somente poderá ser concedida quando houver a audiência das partes e a manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.
- ☐ C A medida protetiva de urgência será concedida independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.
- ☐ D A medida protetiva de urgência vigorará pelo prazo estabelecido na decisão judicial que identifique o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida.
- ☐ E A medida protetiva de urgência será concedida a depender da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

**Questão 44**

Assinale a opção em que todas as penas apresentadas são acessórias, conforme disposto no Código Penal Militar (CPM).

- ☐ A reclusão; reforma; exclusão das Forças Armadas
- ☐ B exclusão das Forças Armadas; impedimento; indignidade para o oficialato
- ☐ C prisão; perda do posto e patente; detenção
- ☐ D indignidade para o oficialato; incompatibilidade com o oficialato; suspensão dos direitos políticos
- ☐ E suspensão dos direitos políticos; detenção; prisão

**Questão 45**

Comete(m) crime impropriamente militar

- ☐ A policiais militares que se reúnem, negando-se a cumprir ordem recebida de superior.
- ☐ B policial militar que pratica violência contra seu superior.
- ☐ C policial militar que abandona o posto durante o serviço.
- ☐ D policial militar que ofende a integridade corporal ou a saúde de outrem.
- ☐ E policial militar da ativa que, durante suas férias, faz, em redes sociais, crítica indevida a assunto atinente à disciplina militar estabelecida pelo comandante de batalhão.

**Questão 46**

Acerca da aplicação da lei penal militar, consoante o disposto no CPM, assinale a opção correta.

- ☐ A A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.
- ☐ B Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- ☐ C Considera-se praticado o fato no lugar da ação ou omissão, ainda que seja outro o lugar do resultado.
- ☐ D Dada a sua especialidade, a lei penal militar deverá ser aplicada com prioridade, ainda que se oponha a convenções, tratados e regras de direito internacional.
- ☐ E As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da propositura da ação.

**Questão 47**

De acordo com o que dispõe o CPM a respeito das medidas de segurança, assinale a opção correta.

- ☐ A As medidas de segurança são classificadas como pessoais ou impessoais.
- ☐ B A medida de segurança será imposta em sentença, que lhe estabelecerá as condições.
- ☐ C A internação em manicômio judiciário é uma espécie de medida de segurança pessoal não detentiva.
- ☐ D A cassação de licença para direção de veículos motorizados é uma espécie de medida de segurança impessoal.
- ☐ E A interdição de estabelecimento é exemplo de medida de segurança pessoal detentiva.

**Questão 48**

Acerca do processo penal militar e da sua aplicação, assinale a opção correta.

- ☐ A Aplicam-se as normas do Código de Processo Penal Militar (CPPM), em tempo de paz, a bordo de navios, ou quaisquer outras embarcações, e de aeronaves, onde quer que se encontrem, desde que sejam de propriedade pública.
- ☐ B As normas de processo penal militar prevalecem sobre as normas de convenção ou tratado internacional de que o Brasil seja signatário, haja vista a especialização da justiça militar.
- ☐ C A lei processual penal militar não admite interpretação extensiva nem restritiva, apenas interpretação literal.
- ☐ D Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar (CPPM) serão supridos pela jurisprudência, pelos princípios gerais de direito e pela analogia, mas não o serão pelos usos e costumes militares, por ausência de previsão legal no CPPM.
- ☐ E O Código de Processo Penal Militar (CPPM) é aplicado fora do território nacional, em tempo de paz, em zona ou lugar sob a administração ou vigilância de força militar brasileira.

**Questão 49**

Determinado policial militar cometeu o crime de concussão, previsto no art. 316 do Código Penal (CP), ao exigir cem reais de um policial civil, durante o serviço ordinário, em uma barreira policial de trânsito.

Nessa situação hipotética, a atribuição para a investigação do crime será, com base no CPPM, da polícia judiciária

- ☐ A civil.
- ☐ B federal.
- ☐ C militar.
- ☐ D rodoviária federal.
- ☐ E do departamento de trânsito.

**Questão 50**

De acordo com o previsto no CPPM, logo que a autoridade militar tiver conhecimento da prática de infração militar, ela deverá

- ☐ A dirigir-se ao local da infração e manusear os elementos do crime a fim de encontrar vestígios.
- ☐ B dirigir-se ao local da infração, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, somente durante as vinte e quatro horas iniciais.
- ☐ C apreender os instrumentos e todos os objetos que estiverem no local da infração, ainda que não tenham relação com o fato.
- ☐ D colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- ☐ E efetuar a prisão em flagrante do infrator que cometeu crime militar se o agente for praça; se oficial, respeitar a prerrogativa constitucional e este reservada e aguardar o mandado de prisão judicial militar.

**Questão 51**

No que diz respeito ao inquérito policial militar, assinale a opção correta.

- A** O inquérito policial militar é sigiloso, mas o policial militar que figurar como investigado em inquérito policial militar, por fato relacionado ao uso da força letal praticado no exercício profissional, consumado ou tentado, poderá constituir defensor.
- B** O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato que configure crime militar, com caráter de instrução probatória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à condenação por crime militar.
- C** O inquérito policial militar não poderá ser iniciado em virtude de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, mesmo que resulte em indício de infração penal militar, em virtude do princípio constitucional da independência das esferas administrativa e criminal.
- D** Para a formação do requerido inquérito, o encarregado deverá ouvir o ofendido, o indiciado e as testemunhas, bem como proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas e acareações; todavia, não poderá determinar que se proceda a exame de corpo de delito e perícias, por se tratar de atribuições exclusivas do delegado de polícia.
- E** Não existe a possibilidade de assistência de procurador do Ministério Público Militar ao encarregado durante o inquérito policial militar, mesmo que o fato delituoso seja de difícil elucidação.

**Questão 52**

Considere-se que um tenente da polícia militar, durante o serviço de fiscal, cometa crime propriamente militar ao praticar violência contra vigia em serviço.

Nessa situação hipotética,

- A** a ação penal poderá ser oferecida por denúncia do Ministério Público Militar ou por queixa-crime do querelante, independentemente da inércia do *parquet*.
- B** o processo penal militar terá início com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e se efetivará com o recebimento da denúncia pelo juiz.
- C** apresentada a denúncia contra o tenente, o membro do Ministério Público poderá desistir da ação até o recebimento dela pelo juiz.
- D** o direito de ação é exercido pelo Ministério Público, cabendo-lhe exercer o poder de jurisdição em nome do Estado.
- E** o processo penal militar terá início com o recebimento da denúncia pelo juiz e se efetivará com a citação do acusado.

**Questão 53**

O concurso para o ingresso na Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) é composto por várias etapas, entre as quais se inclui a avaliação psicológica, que tem como objetivo analisar se as características do candidato estão de acordo com o perfil exigido para frequentar os cursos de formação. Nos termos da Lei Estadual n.º 6.626/2004, o perfil que tem como característica a capacidade de abordar e resolver problemas em situações diversas de forma lógica, dedutiva e analítica é o de

- A** comando e liderança.
- B** julgamento/percepção.
- C** produtividade e tomada de decisão.
- D** estabilidade emocional.
- E** controle da agressividade e da ansiedade.

**Questão 54**

De acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 53/2006, no que diz respeito à organização básica da PMPA, a Corregedoria-Geral é órgão de

- A** direção-geral.
- B** apoio.
- C** direção setorial.
- D** direção intermediária.
- E** execução.

**Questão 55**

Acerca da Lei Estadual n.º 6.833/2006, que institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, assinale a opção que prevê corretamente a transgressão disciplinar classificada como ofensa contra militares.

- A** causar ou contribuir para a ocorrência de incidente ou acidente em serviço ou instrução
- B** concorrer para a discórdia ou desarmonia ou cultivar inimizade entre camaradas
- C** ter pouco cuidado com o asseio próprio ou coletivo, em qualquer circunstância
- D** utilizar pessoal ou recursos materiais da unidade em serviços ou atividades particulares
- E** frequentar lugares incompatíveis com o decoro da classe, salvo por motivo de serviço

**Espaço livre**

**Questão 56**

Um oficial da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) foi convidado para compor um grupo de trabalho da corporação responsável por formular um projeto de policiamento local com o objetivo de garantir a liberdade religiosa. O grupo foi criado com o objetivo de garantir o livre exercício da fé e a proteção aos locais de culto e suas liturgias naquela comunidade, pois, nos últimos anos, observou-se um aumento do número de boletins de ocorrência relatando vandalismo, interrupções de cerimônias, invasões e depredações de terreiros de candomblé e casas de umbanda por pessoas adeptas de outras religiões.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- ☐ A Cabe propor um programa específico da corporação para sensibilização, treinamento e capacitação específica dos policiais e constituir uma equipe especializada para fazer a ronda de policiamento nos locais onde existam terreiros de candomblé e casas de umbanda, a fim de garantir o livre exercício da fé.
- ☐ B Deve-se solicitar que o Poder Executivo local e o Poder Judiciário adotem providências para reduzir o número de casos de violência contra os terreiros de candomblé e casas de umbanda, pois a polícia militar é uma instituição pública, e a elaboração de um projeto específico para proteger a liberdade religiosa dos terreiros de candomblé e casas de umbanda não seria possível em face da laicidade do Estado, razão pela qual a corporação não pode adotar providências concretas no caso relatado.
- ☐ C Nada pode ser feito na situação narrada, devido à ausência de previsão legal que imponha a atuação da corporação quando se observa crescimento nos casos de atentados contra terreiros de candomblé e casas de umbanda.
- ☐ D Promover a conscientização de policiais para questões de violência em terreiros de candomblé e casas de umbanda não seria eficaz para coibir práticas criminosas, pois compete ao poder público e ao Judiciário a formulação de políticas públicas para esse tipo de conflito.
- ☐ E Orientar e capacitar os integrantes da corporação para conhecimento básico das práticas religiosas dos terreiros de candomblé não seria uma medida capaz de contribuir objetivamente para a prevenção e redução da violência à liberdade religiosa, pois ações voltadas para grupos específicos não contribuem para o fortalecimento de vínculos com a sociedade e nem significam defesa ou respeito aos direitos do cidadão.

**Questão 57**

Um oficial da PMPA acompanhou a diligência da equipe de policiais chamada pelo síndico de um prédio residencial para dirimir uma briga entre condôminos ocorrida na área comum do condomínio. No local, os policiais se depararam com pessoas discutindo calorosamente e ouviram um condômino esbravejar que negros deveriam ser proibidos de frequentar as áreas comuns, os elevadores sociais e a piscina do condomínio porque seriam pessoas “sujas”.

A partir da situação narrada, assinale a opção que indica corretamente a conduta que o oficial da PMPA deve adotar na condução do caso, com base nas normas constitucionais acerca dos direitos humanos.

- ☐ A O crime de racismo é punido com a pena de detenção, motivo pelo qual o oficial deve orientar a guarnição no sentido de levar à delegacia todos os envolvidos no caso para prestar esclarecimentos.
- ☐ B O oficial deve dar voz de prisão ao condômino que proferiu a fala racista, pois o crime de racismo é inafiançável e não se sujeita a prazo extintivo de prescrição.
- ☐ C O oficial deve dar voz de prisão para o condômino que proferiu a fala racista, pois o crime de racismo, apesar de ser afiançável, não se sujeita a prazo extintivo de prescrição.
- ☐ D O oficial deve registrar o termo circunstanciado no ato do atendimento às vítimas, dispensando a condução coercitiva, e informar que todos os envolvidos devem comparecer à delegacia posteriormente, quando estiverem mais calmos, para relatar o ocorrido e buscar reparação na justiça.
- ☐ E O oficial deve dar voz de prisão para o condômino que proferiu a fala racista, alertando-o de que o prazo prescricional do crime de racismo, caso haja representação da vítima, é de cinco anos.

**Espaço livre**

**Questão 58**

Um oficial da PMPA foi convidado a ministrar aula magna sobre a importância dos tratados internacionais de direitos humanos para o Brasil. Após a explanação, um dos estudantes perguntou se os tratados internacionais de direitos humanos imporiam obrigação jurídica aos Estados que os ratificaram ou se apenas serviriam como recomendações e fontes para elaboração de normas legislativas.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a resposta correta para a questão levantada pelo aluno.

- ☐ A A função do Estado brasileiro se limita à ratificação dos tratados internacionais de direitos humanos, pois a principal função do tratado é servir de fonte para a elaboração de proposições legislativas e políticas públicas para efetivar os direitos humanos.
- ☐ B A relevância dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil é de índole constitucional, inclusive possibilitando ao procurador-geral da República suscitar incidente de deslocamento de competência para a justiça federal nas causas de grave violação a direitos humanos.
- ☐ C Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às leis complementares quando aprovados, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos parlamentares.
- ☐ D O incidente de deslocamento de competência (IDC) para a justiça federal não se relaciona com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, pois o IDC é a medida que se aplica quando há grande repercussão social, política e econômica do caso, de forma que a justiça estadual não consiga resolver a questão a contento.
- ☐ E Compete privativamente ao Congresso Nacional celebrar tratados internacionais, sujeitos a sanção presidencial, pois as instituições brasileiras funcionam normalmente e as leis nacionais são modernas e completas para lidar com questões de direitos humanos.

**Questão 59**

Considerando a observância dos preceitos legais e dos entendimentos jurisprudenciais que dizem respeito às pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, julgue os itens a seguir.

- I As pessoas *trans* somente adquirem o direito à substituição de prenome e da identificação do sexo diretamente no registro civil se comprovarem ter passado pela cirurgia de transgenitalização e por tratamentos hormonais ou patologizantes.
- II Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), atos de homofobia e de transfobia constituem manifestações concretas do crime de racismo.
- III Caso policiais sejam acionados por populares devido à manifestação de afeto de cunho não sexual, em praça pública, entre pessoas do mesmo sexo, eles deverão deslocar-se até o local da ocorrência e levar as pessoas acusadas para prestarem depoimento na delegacia.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

**Questão 60**

A Constituição Federal de 1988 garante a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

- I Havendo diferença entre o gênero definido no nascimento a partir do sexo biológico e o gênero com o qual a pessoa se identifica, este deve prevalecer para todos os fins de direito.
- II É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- III Pessoa presa em flagrante por crime hediondo durante operação policial de grande repercussão nacional pode ser compelida a ser fotografada, haja vista a supremacia do interesse público e o direito de informação titularizado pela imprensa.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item II está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

**Espaço livre**